



# State Street Brasil S.A. - Banco Comercial

CNPJ nº 09.274.232/0001-02  
Avenida Paulista, 283/287 - 12º andar - Bela Vista  
CEP 01311-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3027-5900

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), São Paulo, 15 de março de 2023.

**Diretoria Executiva**

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Notas	Dezembro		Passivo	Dezembro	
	2022	2021		2022	2021
<b>Ativo</b>			<b>Circulante</b>	<b>1.566.871</b>	<b>1.755.491</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	4	1.788.483	Instrumentos financeiros		
Instrumentos financeiros		73.897	Depósitos a prazo	13	404.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	152.064	Obrigações por empréstimos no exterior	14	444.091
Títulos e valores mobiliários	5	912.339	Carteira de câmbio	7	687.888
Carteira de câmbio	7	687.926	Negociação e intermediação de valores	8	-
Negociação e intermediação de valores	8	3.469	Provisões		
Outros ativos	9	3.488	Provisão para despesa de pessoal	17	7.367
<b>Não circulante</b>			Credores diversos no país		725
Realizável a longo prazo		181.402	Outros pagamentos		80
Instrumentos financeiros		171.769	Outras		124
Títulos e valores mobiliários	5	154.491	Outros passivos		1.005
Ativos fiscais diferidos	11.d	2.579	Sociais e estatutárias		6.418
Outros ativos	9	14.699	Fiscais e previdenciárias	11.a	15.768
Permanente	10	9.633	Cobrança Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5	6
Imobilizado de uso	10	8.952	<b>Não circulante</b>		
Intangível	10	10.611	Exigível a longo prazo		175
(-) Depreciações e amortizações	10	(9.930)	Passivos fiscais diferidos		175
Depreciações acumuladas	10	(6.391)	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>402.839</b>	<b>402.186</b>
Amortizações acumuladas	10	(3.539)	Capital social:		
			De domiciliados no exterior		394.266
			Reservas de lucros:		
			Reserva legal		5.438
			Reservas especiais de lucros - outras		2.921
			Outros resultados abrangentes		214
			<b>Total do passivo</b>	<b>1.969.885</b>	<b>2.157.677</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.969.885</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Notas	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Outras			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>394.266</b>	<b>5.091</b>	<b>4.709</b>	<b>13.271</b>	<b>(103)</b>	<b>417.234</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	(16.295)	-	(16.295)
Lucro do exercício	-	-	-	-	6.146	6.146
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.899)	(4.899)
Reserva legal	15.d	307	-	-	(307)	-
Outras reservas	-	-	837	-	(837)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>394.266</b>	<b>5.398</b>	<b>5.546</b>	<b>(3.024)</b>	<b>-</b>	<b>402.186</b>
Alocação dos juros sobre capital próprio conforme Ata de 24/04/2022	-	-	4.164	-	4.164	4.164
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	3.238	-	3.238
Lucro do exercício	-	-	-	-	801	801
Juros sobre capital próprio	-	-	(7.550)	-	-	(7.550)
Reserva legal	15.d	40	-	-	(40)	-
Outras reservas	15.e	-	761	-	(761)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>394.266</b>	<b>5.438</b>	<b>2.921</b>	<b>214</b>	<b>-</b>	<b>402.839</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>394.266</b>	<b>5.419</b>	<b>9.710</b>	<b>(3.622)</b>	<b>395</b>	<b>406.168</b>
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	3.836	-	3.836
Lucro do semestre	-	-	-	-	385	385
Juros sobre capital próprio	-	-	(7.550)	-	-	(7.550)
Reserva legal	15.d	19	-	-	(19)	-
Outras reservas	15.e	-	761	-	(761)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>394.266</b>	<b>5.438</b>	<b>2.921</b>	<b>214</b>	<b>-</b>	<b>402.839</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

#### 1 | CONTEXTO OPERACIONAL

O State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar na forma de Banco Comercial e tem como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à sua carteira comercial autorizada, bem como operações de Câmbio, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às Companhias da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, podendo participar do capital de outras Companhias, como sócia ou acionista.

#### 2 | APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • Resolução nº 4.924/21 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1); • Resolução nº 4.524/16 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R2); • Resolução nº 4.910/21 - Demonstrações do fluxo de caixa - CPC 03 (R2); • Resolução nº 4.818/21 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1); • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25; • Resolução nº 4.818/21 - Eventos subsequentes - CPC 24; • Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1); • Resolução nº 4.924/21 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erro - CPC 23; • Resolução nº 4.924/21 - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - CPC 00 (R1); • Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1); • Resolução nº 4.534/16 - Ativo Intangível - CPC 04 (R1); e • Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado - CPC 27. A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2021, foram incluídas na demonstração contábil. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 15 de março de 2023.

#### 3 | PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Auração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. b) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do BACEN. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** De acordo com a Resolução CMN nº 4.720/19, do Conselho Monetário Nacional, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações pré-fixadas são registradas na moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. e) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados conforme previsto na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil e estão demonstrados levando em consideração os seguintes critérios de registro e avaliação contábil: **Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são avaliados pelo valor de mercado. Os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, que são transferidos para o resultado do período em que houver efetiva realização; **Títulos mantidos até o vencimento** - para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeção de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos (Circular nº 3.129/2002 do BACEN). São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, em contrapartida ao resultado do período. f) **Instrumentos financeiros derivativos: Operações de futuros** - de acordo com a Circular nº 3.082/02 e a Carta-Circular nº 3.026/02 do BACEN, os ajustes diários das operações de futuros são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período. g) **Operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. h) **Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base "pro rata" dia. i) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda, quando devido, é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social, quando devida, é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20%. De acordo com o art. 1º da Lei 14.446 de 2 de Setembro de 2022, a alíquota da contribuição social é de 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. A alíquota de 20% retornará a partir de 1º de Janeiro de 2023. Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, despesas temporariamente indedutíveis e ajustes de marcação a mercado sobre instrumentos financeiros, quando existente, são reconhecidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização. j) **Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base no tempo de vida útil estimado dos bens, pelas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. k) **Intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisição de sistemas, amortizados linearmente pela taxa máxima anual de 20%. l) **Depósitos:** São demonstrados pelos valores de exigibilidade e contemplam as variações monetárias, bem como os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. m) **Obrigações por empréstimos e repasses:** As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, incorporando os encargos incorridos, demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. n) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor contábil de um bem ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Até o momento não existem indícios de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros. o) **Contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor. As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. p) **Resultado não recorrente:** De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 2/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição.

#### 4 | COMPOSIÇÃO DO CAIXA E DO EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
- Disponibilidades em moeda nacional	1.037	16.006
- Disponibilidades em moeda estrangeira	28.160	57.891
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>29.197</b>	<b>73.897</b>
- Aplicações em operações compromissadas	152.064	170.025
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>152.064</b>	<b>170.025</b>
<b>Total de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>181.261</b>	<b>243.922</b>

#### 5 | TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por classificação:

Descrição	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Valor de custo	Ajuste a mercado	Valor de mercado/Contábil	Valor de mercado/Contábil
<b>Títulos públicos federais - Tesouro Nacional</b>	<b>1.066.441</b>	<b>389</b>	<b>1.066.830</b>	<b>1.162.243</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>635.035</b>	<b>503</b>	<b>635.538</b>	<b>399.141</b>
Disponíveis para venda	341.406	(114)	431.292	763.102
Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-
Disponíveis para venda	341.406	(114)	431.292	763.102

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento:

Descrição	Dezembro 2022			Dezembro 2021		
	Até 90 dias	De 90 dias a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado/Contábil	Valor de mercado/Contábil	Total
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>912.339</b>	<b>154.491</b>	<b>1.066.830</b>	<b>1.162.243</b>	<b>399.141</b>	<b>1.561.384</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>503.117</b>	<b>132.421</b>	<b>635.538</b>	<b>342.983</b>	<b>342.983</b>	<b>685.966</b>
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	503.117	132.421	635.538	342.983	978.521
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	-	56.158	56.158
Vinculados a prestação de garantias	-	409.222	22.070	431.292	763.102	1.194.394
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	173.515	-	173.515	280.419	453.934
Letras do tesouro nacional - LTN	-	235.707	22.070	257.777	344.440	602.217
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	-	138.243	138.243

Os títulos públicos são classificados como valor justo de nível 1 por se tratar de títulos de alta liquidez com preços disponíveis no mercado ativo. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado considerando a cotação média dos mercados e o seu fluxo de caixa estimado, descontando o valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, considerando como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços. Os ajustes acumulados de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" totalizam R\$ 214 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.024) em 31 de dezembro de 2021, líquido dos efeitos tributários, e foram reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações com títulos e valores mobiliários geraram um resultado de receita no montante de R\$ 176.200 (R\$ 91.791 em dezembro de 2021).

#### 6 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A carteira de contratos de futuros - B3 (valores de referência) é assim sumarizada:

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
<b>I) Tipo:</b>	<b>421.924</b>	<b>-</b>	<b>443.737</b>	<b>-</b>
Futuro - DOL	421.924	-	443.737	-
<b>II) Vencimento:</b>	<b>421.924</b>	<b>-</b>	<b>443.737</b>	<b>-</b>
Até 90 dias	421.924	-	443.737	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em receitas de R\$ 454.714 (R\$ 370.226 em 31 de dezembro de 2021) e despesas de R\$ 516.622 (R\$ 366.655 em 31 de dezembro de 2021), registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

#### 7 | CARTEIRA DE CÂMBIO

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Câmbio comprado a liquidar</b>	<b>343.344</b>	<b>-</b>	<b>357.114</b>	<b>-</b>
<b>Câmbio vendido a liquidar</b>	<b>-</b>	<b>344.094</b>	<b>-</b>	<b>358.291</b>
<b>Direitos sobre venda de câmbio</b>	<b>344.582</b>	<b>-</b>	<b>363.177</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações por compra de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>343.794</b>	<b>-</b>	<b>361.988</b>
<b>Total</b>	<b>687.926</b>	<b>687.888</b>	<b>720.291</b>	<b>720.279</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais operações geraram um resultado de receita de câmbio no montante de R\$ 72.919 (R\$ 45.721 em dezembro de 2021).

#### 8 | OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>I) Tipo:</b>	<b>3.469</b>	<b>-</b>	<b>9.152</b>	<b>-</b>
Negociação e intermediação de valores	3.469	-	9.152	-
<b>II) Vencimento:</b>	<b>3.469</b>	<b>-</b>	<b>9.152</b>	<b>-</b>
Até 90 dias	3.469	-	9.152	-

#### 9 | OUTROS ATIVOS

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano
<b>Adiantamentos e antecipações salariais</b>	<b>96</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>-</b>
<b>Devedores por depósitos em garantia</b>	<b>131</b>	<b>13.611</b>	<b>112</b>	<b>13.611</b>
<b>Impostos e contribuições a compensar</b>	<b>3.272</b>	<b>3.550</b>	<b>3.550</b>	<b>-</b>
<b>Devedores diversos</b>	<b>67</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>-</b>
<b>Outros valores e bens - Despesas antecipadas</b>	<b>53</b>			



# State Street Brasil S.A. - Banco Comercial

CNPJ nº 09.274.232/0001-02  
Avenida Paulista, 283/287 - 12º andar - Bela Vista  
CEP 01311-000 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3027-5900

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

### 15 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continua)

b) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode ser distribuído também na forma de juros sobre o capital próprio. De conformidade com a Lei nº 9.249/1995, a Administração do Banco decidiu em Ata da Reunião da Diretoria Executiva realizada em 19 de dezembro de 2022, pelo provisionamento de juros sobre capital próprio, limitado na forma da legislação vigente, cujo valor em dezembro de 2022 totalizava R\$ 7.550. Essa operação permitiu a redução da despesa com imposto de renda e contribuição social em R\$ 2.265. c) **Reserva de capital:** Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. d) **Reserva Legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, limitada a 20% do total do capital social. e) **Reservas especiais de lucros - outras:** As reservas especiais de lucros correspondem ao saldo do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do registro dos dividendos, quando aplicáveis, e da compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Será destinada conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

### 16 | PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, vigentes nas datas das operações, conforme Resolução nº 3.750/2009 do CMN. a) **Remuneração da Administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 7.072 (R\$ 7.592 em dezembro de 2021). Desse montante, R\$ 3.677 (R\$ 5.442 em dezembro de 2021) são honorários de diretoria, R\$ 1.876 (R\$ 956 em dezembro de 2021) são despesas de pessoal, tais como encargos, previdência complementar, participações nos lucros e bônus e R\$ 1.519 (R\$ 1.194 em dezembro de 2021) são outras despesas administrativas, tais como assistência médica e odontológica, seguro de vida em grupo, vale-refeição, alimentação, combustível e depreciação de veículos. b) **Transações com partes relacionadas:**

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Depósitos em moeda estrangeira				
- State Street Bank and Trust Company	28.160	72.894	57.891	18.205
Aplicações em moeda estrangeira				
- State Street Bank and Trust Company	-	5.761	-	318
Depósitos a prazo				
- State Street Bank and Trust Company	(404.404)	(47.144)	(507.785)	(16.627)
Obrigações por empréstimos do exterior - State Street Bank and Trust Company	(444.091)	(73.417)	(502.247)	(70.447)

### 17 | DESPESA DE PESSOAL

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Salários - proventos	8.336	15.924	10.705
Previdência social	2.625	5.027	3.285
Previdência complementar	486	1.331	115
Fundo de garantia por tempo de serviço	884	1.617	1.013
Benefícios	1.681	3.134	2.535
Outras despesas com pessoal	68	68	32
<b>Total</b>	<b>14.080</b>	<b>27.101</b>	<b>17.685</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o banco possui provisão de despesa de pessoal e encargos no montante de R\$ 7.367 (R\$ 5.045 em dezembro de 2021). Desse montante, R\$ 1.760 são provisões de despesas de férias e encargos e R\$ 5.607 provisões de despesas de bônus (em dezembro de 2021, R\$ 1.351 provisões de despesas de férias e encargos; R\$ 2.270 provisões de despesas de bônus e participações nos lucros e R\$ 1.424 provisões de despesas de reembolso matriz de expatriado).

Praxitelis Theodoropoulos - Diretor Presidente

João Luiz Macedo - Diretor Executivo e Contador - CRC 1SP264395/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas do **State Street Brasil S.A. - Banco Comercial**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do State Street Brasil S.A. - Banco Comercial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

### 21 | GERENCIAMENTOS DE RISCOS (continua)

falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como de eventos externos. A estrutura de gerenciamento do risco operacional está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gerenciamento do risco de crédito:** O Banco está ciente sobre as implicações e regulamentação da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, a qual diz respeito ao cumprimento das responsabilidades, estratégias e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de crédito, mediante a supervisão da diretoria executiva do Banco. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito está pautada em política interna, em que se determinam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração do Banco. **Gestão de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez do Banco segue as diretrizes globais, juntamente com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Conforme esta resolução, o risco de liquidez é definido como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está pautada em política interna, em que se determinam as responsabilidades, estratégias, processos e metodologias utilizadas para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **Gestão de capital:** O Banco, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do CMN, possui estrutura de Gerenciamento de Capital capacitada a executar processos consistentes de avaliação de capital interno, de modo a assegurar que o Banco possua capital suficiente para fazer frente aos riscos que incorre em seus negócios, e a estabelecer metas de capital que sejam proporcionais ao perfil de risco do Banco e ao seu ambiente de controle. O gerenciamento e os controles relacionados ao capital mantido pelo Banco são baseados na identificação e avaliação de riscos relevantes ao capital, na simulação de eventos severos e condições extremas de mercado, em projeções e metas de capital e na formalização de relatórios gerenciais periódicos enviados à diretoria. Para maiores informações relacionadas a gerenciamentos de riscos, que não se encontram nesta nota, visite o site: <https://www.statestreet.com/disclosures-and-disclaimers/br/legal-disclosure-brazil>

### 22 | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução CMN nº 5.019/22 trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, os quais ainda não foram mensurados. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

### 23 | RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em dezembro de 2022 o Banco não teve resultado de operações não recorrentes.

### 24 | EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou pelo link



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 23/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/23/STATE1568418423032023.pdf>  
Hash: 1679518331866dcbaf5a44036b03632968178b793



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.Ltda.  
CRC-SP034519/O  
Patrícia di Paula da Silva Paz  
Contadora - CRC - 1SP198827/O